



CADERNO DE ENCARGOS

FORNECIMENTO DE VIATURA TODO-O-TERRENO PARA TRANSPORTE DE SOBRANTES FLORESTAIS

CONSULTA PRÉVIA N.º 25/SAPR/2025

ÍNDICE GERAL

CAPÍTULO I	4
Cláusula 1. ^a	4
Objeto	4
Cláusula 2. ^a	4
Contrato	4
Cláusula 3. ^a	5
Preço Base	5
Cláusula 4. ^a	5
Prazo	5
CAPÍTULO II	5
Cláusula 5. ^a	5
Obrigações principais do adjudicatário	5
Cláusula 6. ^a	6
Conformidade e operacionalidade dos bens	6
Cláusula 7. ^a	6
Entrega do bem objeto do contrato	6
Cláusula 8. ^a	8
Inspeção	8
Cláusula 9. ^a	8
Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias	8
Cláusula 10. ^a	9
Garantia	9
Cláusula 11. ^a	10
Dever de sigilo	10
Cláusula 12. ^a	10
Prazo do dever de sigilo	10
Cláusula 13. ^a	11
Preço contratual	11
Cláusula 14. ^a	11
Condições de pagamento	11
Cláusula 15. ^a	12
Adiantamento de preço	12
CAPÍTULO III	12
Cláusula 16. ^a	12
Penalidades contratuais	12
Cláusula 17. ^a	13
Força maior	13
Cláusula 18. ^a	14
Resolução por parte do contraente público	14
Cláusula 19. ^a	14
Resolução por parte do adjudicatário	14
CAPÍTULO IV	15
Cláusula 20. ^a	15
Execução da caução	15
CAPÍTULO V	15
Cláusula 21. ^a	15
Foro competente	15
CAPÍTULO VI	15
Cláusula 22. ^a	15
Subcontratação e cessão da posição contratual	15

Designação: Fornecimento de viatura todo-o-terreno para transporte de sobrantes florestais

Tipo de Procedimento: Consulta Prévia

Cláusula 23. ^a	15
Comunicações e notificações	15
Cláusula 24. ^a	16
Contagem dos prazos	16
Cláusula 25. ^o	16
Gestor do contrato	16
Cláusula 26. ^a	16
Legislação aplicável	16
Cláusula 27. ^a	16
Prevalência	16
PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS	17
CAPÍTULO I	17
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS	17
Cláusula 1. ^a	17
Objeto da Contratação	17



CADERNO DE ENCARGOS

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS



Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto o fornecimento de uma viatura todo-o-terreno para transporte de sobrantes florestais, de acordo com as características técnicas descritas na Parte II - “Especificações Técnicas”, Cláusula 1.ª do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.ª

Contrato

- 1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o

disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Preço Base

No âmbito do procedimento em apreço, o preço máximo que esta Edilidade se dispõe a pagar pelo fornecimento dos bens objeto do mesmo é de 50.000,00€, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

Cláusula 4.ª

Prazo

O contrato entra em vigor no primeiro dia útil seguinte ao da outorga do mesmo e mantém-se até à entrega do bem, objeto do presente procedimento, que nunca deverá ser superior a 90 dias, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

CAPÍTULO II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do adjudicatário

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 5.ª

Obrigações principais do adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais: a) Fornecer os bens à entidade adjudicante, conforme as características técnicas mínimas, prazos de entrega e requisitos do fornecimento definidos neste Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;

- b) Prestar os serviços de assistência técnica no prazo máximo de 48h após solicitação da entidade adjudicante;
- c) Comunicar antecipadamente por escrito à entidade adjudicante, os fatos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento definido neste Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
- d) Obrigação de garantia dos bens e assistência técnica dos mesmos.



Cláusula 6.^a

Conformidade e operacionalidade dos bens

- 1 - O adjudicatário obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na Parte II – “Especificações Técnicas” do presente Caderno de Encargos.
- 2 - Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
- 3 - É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
- 4 - O adjudicatário é responsável perante a entidade adjudicante por quaisquer defeitos ou discrepâncias dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os mesmos lhe são entregues.

Cláusula 7.^a

Entrega dos bens objeto do contrato

- 1 - Os bens objeto do contrato devem ser entregues nas instalações da Unidade de Máquinas e Viaturas do Município de Silves, durante o horário normal de expediente entre as 08h00m e as 16h00m, no **prazo máximo de 90 dias**, contados a partir do dia útil seguinte à outorga do contrato, devendo ser contactado previamente o gestor de contrato Alexandre Cruz para o telemóvel 915715985.

2 - O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento destes, nomeadamente os seguintes, redigidos em língua portuguesa:

- a) Catálogo elucidativo sobre o funcionamento e manutenção;
- b) Nomenclatura do equipamento e acessórios;
- c) Manuais de operador e de oficina, devendo este último conter informação detalhada sobre a montagem e afinação de todos os órgãos fulcrais.

3 – Sempre que ocorra um caso de força maior, devidamente comprovado e que implique a suspensão da entrega, deve a entidade fornecedora, logo que dele tenha conhecimento, requerer à entidade adjudicante que lhe seja concedida uma prorrogação adequadamente fundamentada do respetivo prazo.

4 - Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade da entidade fornecedora.

5 – A entrega dos bens é sempre acompanhada de guia de remessa, da qual deve constar, designadamente:

- a) A data de entrega;
- b) Identificação da entidade fornecedora;
- c) Identificação da entidade adjudicante e local de entrega;
- d) Data da encomenda;
- e) Número do contrato ao abrigo do qual é realizado o fornecimento;
- f) Indicação dos bens com referência aos respetivos códigos dos produtos;
- g) Preço de venda negociado.

6 – A cópia da guia de remessa, assinada e carimbada pela entidade adjudicante, fica na posse da entidade fornecedora, constituindo prova bastante da entrega dos bens.

Cláusula 8.^a

Inspeção

1 - Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo de 8 dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se correspondem às caraterísticas, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos na Parte II – Especificações Técnicas do presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2 – Após a verificação referida no número anterior, a entidade adjudicante pode:

- a) Receber os bens;
- b) Rejeitar os bens por apresentarem deficiências de qualidade.

3 – A rejeição dos bens, conforme indicada na alínea b) do número anterior, não confere à entidade adjudicatária o direito a qualquer indemnização.

Cláusula 9.^a

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1 – No caso da inspeção prevista na cláusula anterior não comprovar a total conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as caraterísticas, especificações e requisitos técnicos definidos na Parte II - Especificações Técnicas do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve disso informar, por escrito, o adjudicatário.

2 – No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela entidade adjudicante, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das caraterísticas, especificações e requisitos técnicos exigidos.

3 – Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo adjudicatário, no prazo respetivo, a entidade adjudicante procede à realização de nova inspeção, nos termos da cláusula anterior.



Cláusula 10.^a

Garantia

1 — Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante os bens, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos, a contar da receção dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na Cláusula 1.^a da Parte II - “Especificações Técnicas” do presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação dos bens.

2 — A garantia prevista no número anterior abrange:

- a) Todos os componentes dos equipamentos;
- b) O fornecimento, montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
- c) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- d) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- e) O fornecimento, a montagem ou a instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
- f) O transporte dos bens ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local tendo em conta a natureza dos bens e o fim a que os mesmos se destinam;
- g) A deslocação ao local de entrega;
- h) A mão-de-obra.

3 — No prazo máximo de dois meses a contar da data em que a entidade adjudicante tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, esta deve notificar o fornecedor, para efeitos da respetiva reparação.

4 — A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pela entidade adjudicante e sem grave inconveniente para este último.

5 — Durante o prazo de garantia o fornecedor é obrigado a proceder, imediatamente, e à sua custa, à substituição de peças, materiais ou equipamentos e a executar todos os trabalhos de reparação que sejam indispensáveis para assegurar o perfeito e normal uso dos bens nas condições previstas para o qual foram concebidos.



6 – Durante o prazo de garantia o custo de mão-de-obra e deslocações referentes a revisões é suportado pelo adjudicatário.

Subsecção II

Dever de sigilo



Cláusula 11.^a

Dever de sigilo

1 — O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de ordem judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 12.^a

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor, até ao termo do prazo de cinco anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações da Entidade Adjudicante

Cláusula 13.^a

Preço contratual

1 — Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes no presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 — Os preços referidos no número anterior incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 14.^a

Condições de pagamento

1 — A quantia devida pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo de 30 dias após a receção e conferência pela entidade adjudicante da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva.

2 — A emissão de fatura fará obrigatoriamente referência ao número de compromisso.

3 — Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante quanto ao valor indicado na fatura, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4 — Desde que devidamente emitida e observado o disposto no n.º 1, a fatura será paga por transferência bancária.

5 - A emissão de faturas eletrónicas segue o disposto no artigo n.º 299.º - B do Código dos Contratos Públicos, aplicando-se-lhe a norma transitória constante do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.



6 - As faturas deverão ser inseridas na plataforma *iLink Digital Sharing*, acessível através da plataforma *iLink* em <https://www.ilink.pt>. A mesma dispõe de uma linha de apoio através do email apoio@ilink.pt ou pelo telefone 707 451 451.



Cláusula 15.^a

Adiantamento de preço

No procedimento em apreço não é admitido o pagamento de adiantamentos.

CAPÍTULO III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 16.^a

Penalidades contratuais

1 — Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento da data e prazo de entrega dos bens objeto do contrato, até 5 % do valor adjudicado, excluindo o IVA;

b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia, até 5 % do valor adjudicado, excluindo o IVA.

2 — Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 5 % do valor adjudicado, excluindo o IVA.

3 — Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário, ao abrigo do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.

4 — Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

5 — A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 — As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 17.^a

Força maior

1 — Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente: tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.



Cláusula 18.^a

Resolução por parte do contraente público

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente no caso de atraso na entrega dos bens objeto do contrato superior a 30 dias seguidos.

2 — O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela entidade adjudicante.

Cláusula 19.^a

Resolução por parte do adjudicatário

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida por período superior a 6 meses.

2 — O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da Cláusula 21.^a.

3 — Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO IV

Caução e seguros

Cláusula 20.^a

Execução da caução

Não é exigido a apresentação de caução, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO V

Resolução de litígios

Cláusula 21.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI

Disposições finais

Cláusula 22.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 23.^a

Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser efetuadas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, através da Plataforma eletrónica Acingov - www.acingov.pt.

2 — Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Designação: Fornecimento de viatura todo-o-terreno para transporte de sobrantes florestais

Tipo de Procedimento: Consulta Prévia

Cláusula 24.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 25.º

Gestor do contrato

Nos termos do n.º 1 do art.º 290-A do Código dos Contratos Públicos, o gestor do contrato com a função de acompanhar permanentemente a execução deste é o trabalhador Alexandre Cruz.

Cláusula 26.^a

Legislação aplicável

Em tudo o omissso no presente Concurso observar-se-á o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (que aprova o Código dos Contratos Públicos) com redação introduzida pelas respetivas alterações e demais legislação portuguesa em vigor.



PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

CAPÍTULO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS



Cláusula 1.^a

Objeto da Contratação

Constitui objeto do presente procedimento o fornecimento de uma viatura todo-o-terreno para transporte de sobrantes florestais.

Caraterísticas técnicas dos equipamentos

I. Informação geral

- i. Tipo: PickUp
- ii. Carroçaria: Cabine dupla 5 lugares com caixa metálica
- iii. Cor: Branco

II. Motorização

- i. Tipo de motor: 100% elétrico
- ii. Potência máxima kW (CV) 130 (177)
- iii. Binário máximo Nm (kgm) 310 (31,6)
- iv. Autonomia combinada (WLTP) km 330
- v. Autonomia urbana (WLTP) km 471
- vi. Capacidade de reboque (c/ e s/ travão) kg 1.000 / 750
- vii. Capacidade de vadeo mm 550
- viii. Ângulo de ataque 27°
- ix. Ângulo de saída 24°
- x. Velocidade máxima Km/h 120

III. Dimensões

- i. Comprimento total mm 5.365
- ii. Largura total mm 1.900
- iii. Altura total mm 1.809
- iv. Distância entre eixos mm 3.155
- v. Comprimento da área de carga mm 1.485
- vi. Largura interior da área de carga mm 1.510
- vii. Altura interior da área de carga mm 530
- viii. Distância ao solo mm 187
- ix. Número de lugares 5

IV. Pesos

- i. Peso bruto kg 3.300
- ii. Carga máxima no eixo dianteiro kg 1.200
- iii. Carga máxima no eixo traseiro kg 2.100
- iv. Tara kg 2.300
- v. Carga útil kg 1.000

V. Bateria de tração

- i. Capacidade kWh 88,55
- ii. Carga lenta (AC 11kW 5-100%) 7,5 horas
- iii. Carga rápida (DC 80kW 20-80%) 45 minutos

VI. Dinâmica

- i. Tração Traseira 4x2
- ii. Transmissão Automática EV
- iii. Direção Assistida com assistência elétrica
- iv. Suspensão dianteira Independente de duplo trapézio com molas helicoidais
- v. Suspensão traseira Folha de mola semi-elípticas
- vi. Travões dianteiros/traseiros Discos ventilados
- vii. Jantes e Pneus 245/65R17

VII. Sistema de carregamento

- i. Cabo de carregamento de 5m - Modo 3, Tipo 2, 32ª

VIII. Segurança

- i. Airbag dianteiro duplo
- ii. Airbags laterais
- iii. Airbags de cortina
- iv. Cintos de segurança dianteiros e traseiros de 3 pontos
- v. Cintos de segurança com sistema de aviso
- vi. Controlo de tração (TCS)
- vii. Controlo de estabilidade (ESP)
- viii. Distribuidor eletrónico de travagem (EBD)
- ix. Faróis dianteiros de halogéneo
- x. Luzes diurnas LED
- xi. Sensor de chuva
- xii. Sensor de luz
- xiii. Sistema de assistência de arranque em subida (HAS)
- xiv. Sistema de assistência de travões (BAS)
- xv. Sistema de aviso de colisão frontal (FCW)
- xvi. Sistema de controlo de descida (HDC)
- xvii. Sistema de monitorização de pressão dos pneus (TPMS)
- xviii. Sistema de prevenção ao capotamento (RMI)
- xix. Sistema de travões anti-bloqueio (ABS)
- xx. Sistema de travões automático (AEBS)

IX. Conforto

- i. Modos de condução (Normal e Eco)
- ii. tomadas USB dianteiras
- iii. Apoio de braço traseiro
- iv. Ar condicionado manual
- v. Bancos dianteiros com regulação elétrica

- vi. Camera traseira
- vii. Computador de bordo
- viii. Direção elétrica assistida
- ix. Fecho central com abertura remota das portas
- x. Luz interior de leitura
- xi. Sensores de estacionamento traseiros (radar de aproximação)
- xii. Sistema Bluetooth®
- xiii. Tomadas traseiras de 220 V e 12V
- xiv. Vidros elétricos
- xv. Volante com comandos áudio e regulável em altura

X. Exterior

- i. Estribos laterais
- ii. Grelha frontal cromada
- iii. Jantes de liga leve de 17"
- iv. Limpa para-brisas dianteiro com variação intermitente
- v. Luzes de piscas incorporadas nos retrovisores
- vi. Manípulos das portas à cor da carroçaria
- vii. Pára-choques à cor da carroçaria
- viii. Pára-choques traseiro com degrau incorporado
- ix. Pneus 245/65R17
- x. Proteção interior da caixa de carga
- xi. Retrovisores exteriores aquecidos e de regulação elétrica
- xii. Roll bar em alumínio

XI. Extras

Bola de reboque com capacidade de reboque => a 750 kg

I. - Todos os equipamentos deverão ser fornecidos novos.

Designação: Fornecimento de viatura todo-o-terreno para transporte de sobrantes florestais

Tipo de Procedimento: Consulta Prévia

Homologação, matrículas e certificações

Os equipamentos deverão ser entregues devidamente homologados e fornecidos com o processo de matrícula legalmente concluído e registo de propriedade, cujos encargos são da responsabilidade do adjudicatário, assim como todas as certificações necessárias.



Local e condições da assistência técnica

Relativamente às condições de assistência técnica pretende-se que as entidades representantes/ concessionários / fabricantes dos equipamentos a fornecer prestem o serviço de assistência técnica no período máximo de 48 horas após solicitação por parte do Município de Silves, e que possuam representação física (instalações com oficina) no distrito de Faro.

A entidade adjudicatária deverá garantir todas as assistências técnicas, revisões, reparações e manutenções preventivas e curativas necessárias ao bom funcionamento do equipamento na região do Algarve.

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de **(1)**... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo -quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada **(2)** se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo **(3)**:

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não

se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura **(4)**].

Notas:

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO III

Modelo de declaração



INEXISTÊNCIA DE RELACIONAMENTO COM AS DEMAIS ENTIDADES CONCORRENTES

Para efeitos da celebração do contrato e de acordo com a exclusão prevista com base na alínea g) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), de existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência. **(1)**.....(identificação do concorrente), NIF **(2)**(número de Identificação fiscal) na qualidade de adjudicatário à execução do contrato no âmbito do procedimento com referência **(3)** (designação ou referência ao procedimento em causa), declara sob compromisso de honra, que a **entidade por si representada, não é especialmente relacionada com as demais entidades concorrentes, nomeadamente, não há partilha ainda que apenas parcialmente, de representantes legais ou sócios, ou as sociedades se encontrem em relação de simples participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo**, conforme prevê o art.º 114.º do Código dos Contratos Públicos.

Mais declara, que está consciente de que a participação da representada em violação da presente declaração, **constitui contraordenação muito grave**, prevista nos termos do disposto na alínea a) do art.º 456º do Código dos Contratos Públicos, **punível com coima de € 2.000 a € 3.700 ou de € 7.500 a € 44.800, consoante seja aplicada a pessoa singular ou a pessoa colectiva.**

... (local),... (data),... [assinatura **(4)**].

Notas:

- (1)** Identificação do Concorrente.
- (2)** Número de Identificação Fiscal.
- (3)** Designação ou referência ao procedimento.
- (4)** Assinatura do concorrente ou do representante que tenha poderes para obrigar.

ANEXO IV

(Modelo de Declaração)

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO DE TRATAMENTO DE DADOS



1. Para efeitos do disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados, eu _____, portador do Bilhete de Identidade / Cartão de Cidadão n.º _____, fui informado(a), que o Município de Silves irá recolher junto da entidade, dados pessoais dos quais sou titular, para efeitos de tramitação pré-contratual, ao abrigo do Código dos Contratos Públicos.
2. Declaro que tenho pleno conhecimento de que estes dados serão tratados para efeitos de selecção do adjudicatário no procedimento n.º _____, e que no caso da entidade vir a ser o adjudicatário, os meus dados serão elementos integrantes do contrato a celebrar.
3. Fui também avisado (a) que estes dados pessoais serão conservados durante o período de arquivo do processo de contratação pública, tendo eu, o direito de solicitar o acesso aos mesmos, requerer a sua retificação e a sua portabilidade.
4. Fui ainda, informado (a) que tenho direito de reclamar junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Data: ____/____/____

Assinatura

(O titular de dados)